



O Caso Pinheirinho: Construções Narrativas no JN e na Mídia Comunitária¹

Juliana CRESPO²

Talitha FERRAZ³

Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este artigo pretende analisar o discurso construído pelo Jornal Nacional ao veicular o caso de reintegração de posse da Comunidade Pinheiro, localizada em São José dos Campos, São Paulo, no mês de janeiro de 2012, tendo como parâmetro seus princípios editoriais. Será destacada a matéria veiculada no dia 23 de janeiro a fim de identificar o agendamento, os filtros e as angulações promovidas por parte do Jornal Nacional. Através da teorização sobre o papel dos meios de comunicação de massa e seus impactos na sociedade, pretende-se traçar um comparativo entre a notícia apresentada por esse telejornal e as informações jornalisticamente tratadas pelo blog Solidariedade à Ocupação Pinheirinho, tendo em vista que este último é um veículo comunitário e parece se diferir dos veículos massivos nas formas de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Jornal Nacional; Comunicação Comunitária; Agendamento; Caso Pinheirinho.

1. Introdução

Vivemos em uma sociedade extremamente complexa que, em síntese, parece se pautar pelo uso dos meios massivos para a configuração dos entendimentos sobre si mesma, já que não é possível ser testemunha ocular de todos os fatos que acontecem. Desta forma, a mídia muitas vezes cumpre o papel de agente portadora da “verdade” e intermediária nos debates de interesse público. Por inúmeras vezes, a população fica a par das questões que dizem respeito à vida pública por mediação dos meios de comunicação massivos. Nesse sentido, há casos em que a mídia toma para si a responsabilidade de estimular o envolvimento dos órgãos governamentais e de toda a sociedade para que seja exercido um tipo de ordem social. Sendo assim, a mídia deve cobrar para que estes cumpram de forma efetiva o seu papel social. A imprensa exerce a função de investigar o exercício da cidadania, e, embora o jornalismo desempenhe essa

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Estácio de Sá-UNESA, email: juliana247@msn.com

³ Orientadora do trabalho. Professora da Graduação em Jornalismo da Universidade Estácio de Sá-UNESA e Doutoranda da ECO-UFRJ, email: talitha.ferraz@gmail.com



atribuição, há muitos trâmites comerciais, políticos e ideológicos que fazem com que estes não potencializem esse papel.

Silva e Schommer⁴ consideram que esse é o papel essencial da mídia nas sociedades democráticas. Segundo as autoras, é fundamental a reflexão sobre o conteúdo veiculado pelos meios.

Observar se a mídia vem mostrando zelo com o interesse público requer um olhar apurado. Não basta que um suposto tema de relevância para a sociedade esteja exposto nas páginas de um jornal, por exemplo. A abordagem precisa refletir a complexidade da questão, explorar o contraditório, garantir espaço para as distintas visões, mostrar como a temática está relacionada à vida das pessoas, enfim, estimular os cidadãos ao debate dos assuntos coletivos para que participem ativamente das decisões que afetam a todos. (SILVA e SCHOMMER)⁵

No Brasil, a televisão se coloca como um notável veículo de comunicação por sua capacidade de disseminar diferentes discursos em gêneros de programação distintos. Para Secchin (2007), a alternância desses gêneros ocorre muitas vezes de forma imperceptível para muitos telespectadores, que não conseguem identificar o que é ficção e realidade. “O fim da barreira entre o real e o imaginário, que atinge toda a programação, inclusive as produções telejornalísticas, vai ocasionar a espetacularização.” (SECCHIN, 2007, p.2).

Diante de tais premissas essa pesquisa foca-se na forma como o Jornal Nacional noticiou o caso Pinheirinho, dando ênfase ao teor da notícia e ao discurso promulgado pelo telejornal, levando em consideração os seus princípios editoriais e o seu público.

Caso Pinheirinho

A Comunidade de Pinheirinho ficava localizada na zona sul de São José dos Campos, em São Paulo. Esse terreno pertencia a Benedito Bento Filho, entre as décadas de 1950 e 1970. Em 1981, o proprietário vendeu o terreno para o empresário libanês Naji Nahas, dono da Selecta Comércio e Indústria S.A, que foi preso em 2008 pela Polícia Federal durante a operação Satiagraha⁶. Em 1990, a Selecta S.A declarou

⁴ Informação disponível em: http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia_Daniela_de_Assis_Silva.pdf. Última visualização em 15/05/2012.

⁵ *Idem*.

⁶ Operação realizada pela Polícia Federal que tinha o objetivo de investigar o desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro. Além de Naji Nahas, na operação também foram presos o empresário Daniel Dantas e o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Os empresários Nahas e Dantas foram acusados de comandarem organizações que realizavam crimes no mercado financeiro. Em maio de 2011, o Superior Tribunal de Justiça - STJ declarou a



falência e o terreno ficou abandonado por mais de dez anos. Em fevereiro de 2004, essa região foi habitada por cerca de 300 famílias, em uma ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MTST. De acordo com um dos líderes do movimento, Waldir Martins⁷ - conhecido como Marrom- essa área foi escolhida para ocupação depois de um acordo entre os representantes do movimento e a Prefeitura, que determinou que os sem Tetos ocupassem qualquer território, desde que este não pertencesse ao Município.

Neste mesmo ano, a massa falida da Selecta Comércio e Indústria S.A entrou com pedido de reintegração de posse na 18ª Vara de Falência de São Paulo. A partir de então surgiram inúmeros processos a fim de postergar o cumprimento das decisões judiciais, até a desapropriação que aconteceu em janeiro de 2012. Houve numerosos recursos sobre esse mesmo processo.

Recentemente, o Ministério das Cidades encaminhou um ofício a 6ª Vara Civil informando sobre o interesse da União em solucionar o caso; para tanto, foi ajuizada uma medida cautelar na Justiça Federal. Em janeiro 2012, o juiz federal de plantão indeferiu a liminar de desapropriação, concedida pelo TJ-SP, para proibir as forças policiais de promover a desocupação. Após a divulgação do processo, o juiz federal substituto cassou a liminar, favorecendo, assim, a Justiça de São Paulo. Contra a decisão do juiz substituto foi interposto recurso de agravo de instrumento⁸. Sendo assim, o Tribunal Regional Federal –TRF da 3ª região concedeu um efeito suspensivo reconhecendo o interesse da União na resolução do caso. A competência do julgamento passou a ser de responsabilidade da Justiça Federal, como determina a Constituição Federal⁹, promulgada em 5 de outubro de 1988, no artigo 109, inciso primeiro.

Porém, no dia 22 de janeiro o ministro Ari Pargendler indeferiu o pedido da liminar e determinou que a decisão de julgamento era de competência da 6ª Vara Civil de São José dos Campos. Devido à desocupação ter iniciado no dia 21 de janeiro,

operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, nula, fazendo com que todas as provas obtidas fossem invalidadas.

⁷ Ver entrevista completa em: <http://www.vejosaojose.com.br/cidadeempedeguerra.htm>. Última visualização 10/05/2012.

⁸ Agravo de instrumento é caracterizado quando trata-se de uma decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, conforme o artigo Art. 522 do Código de Processo Civil. “Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.” (Redação dada pela Lei nº 11.187, de 2005)

⁹Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm>. Última visualização 10/05/2012.



segundo a BBC¹⁰, a decisão da Justiça de São Paulo gerou conflitos de opiniões, especialistas¹¹ e o STJ legitimou a decisão da Justiça de São Paulo, afirmando que era de competência da justiça estadual a decisão de reintegração de posse. Em contrapartida, a Ordem dos Advogados do Brasil –OAB, o Ministério Público Federal-MPF, a Organização das Nações Unidas –ONU e a Associação Democrática por Moradia e Direitos Sociais de São José dos Campos alegaram que a ação foi ilegítima, “atípica”, tendo em vista que a desocupação geraria “graves violações aos direitos humanos”¹², além de ter sido considerado “quebra de pacto federativo”¹³, tendo em vista que a justiça estadual não acatou a ordem da Justiça Federal, principalmente pelo fato da decisão da justiça estadual ter criado conflito com o direito fundamental à moradia.¹⁴

Apesar das inúmeras tentativas de desapropriação por parte da prefeitura, não foi criada nenhuma política pública para conter o crescimento desordenado da comunidade. Um fato que evidencia isso foi o aumento de moradores constatado pelo Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹⁵. A pesquisa pretendia contabilizar o número de domicílios particulares ocupados em conglomerados subnormais, na comunidade Pinheirinho foram quantificados 5.534 habitantes e 1.520 moradias.

No dia 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar por ordem da Justiça de São Paulo, iniciou a desocupação da Comunidade Pinheirinho. A área possuía uma extensão de 1,3 milhão de metros quadrados, que segundo a BBC Brasil¹⁶ equivale a três vezes

¹⁰ UCHOA, Pablo, COSTA, Camila. **Especialista da ONU vê 'violação drástica' de direitos em ação no Pinheirinho**, Londres e São Paulo, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120124_entrevista_pinheirinho_pu.shtml. Última visualização 10/05/2012.

¹¹ Cesar Klouri, presidente da Comissão de Direito Civil da OAB-SP e André Ramos Tavares, professor de Direito Constitucional da PUC-SP em entrevista dada para o O Globo.com, disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/pinheirinho-especialistas-dizem-que-decisao-do-stj-foi-correta-3747085>. última visualização em 10/05/2012.

¹² Disponível em : <http://www.dci.com.br/procuradoria-considera-reintegracao-de-posse-do-pinheirinho-como-grave-violacao-dos-direitos-humanos-id280459.html> . Última visualização 10/05/2012.

¹³ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/Noticianoticias/cidades,para-oab-houve-quebra-do-pacto-federativo-em-desocupacao,825935,0.htm>. Última visualização 10/05/2012.

¹⁴ Entrevista cedida a BBC Brasil, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/Noticianoticias/2012/01/120124_entrevista_pinheirinho_pu.shtml. Última visualização 10/05/2012.

¹⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/tabelas_pdf/tab2.pdf. Última visualização 10/05/2012.

¹⁶ BBC BRASIL. **Área reintegrada no interior de SP é 3 vezes maior que o Vaticano**, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1038603-area-reintegrada-no-interior-de-sp-e-3-vezes-maior-que-o-vaticano.shtml>. Última visualização 10/05/2012.



área total do Vaticano. De acordo com o Portal Terra¹⁷ a região estava avaliada em 84 milhões, e havia uma dívida de 16 milhões em impostos com a prefeitura, já que a Selecta S/A não havia pago o IPTU durante anos. Que segundo entrevista realizada pelo próprio portal com o senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (-PT), alegou que o um quarto do terreno devido a essa dívida poderia se incluso no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Nesta mesma notícia o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) declarou que as famílias iriam receber um aluguel social no valor de R\$ 500, até que as unidades habitacionais em programas do governo ficassem prontas.

A reintegração de posse foi efetuada em meio a um imbróglgio jurídico, tendo em vista que a Justiça Federal suspendeu a ação, fato ignorado pela Justiça Estadual. Como descreve a matéria veiculada pelo G1 no dia 22 de janeiro de 2012.

Uma oficial de Justiça foi até a ocupação, por volta das 11h, entregar uma decisão do juiz federal de plantão Samuel de Castro Barbosa Melo, que suspende a ação. A ordem é direcionada aos comandos da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Guarda Municipal. Segundo a oficial, quem recebeu o documento foi o juiz estadual Rodrigo Capez, que acompanha a reintegração. Ainda de acordo com a oficial de Justiça, Capez disse que há um "conflito de competências" e que não vai acatar a ordem da Justiça Federal. Ele manteve a desocupação do assentamento. (G1, 2012)¹⁸

Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça validou a desocupação com uma liminar emergencial, que só foi distribuída horas depois da operação ser iniciada. Na retirada houve confronto entre os moradores e a Polícia Militar, esse processo de desocupação durou três dias, tendo fim no dia 23 de janeiro com a derrubada total das construções. Os moradores ficaram alojados em abrigos providenciados pela prefeitura.

Além dos vários órgãos governamentais, que consideraram a ação ilegítima e fizeram diversas denúncias, o conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) registrou mais de 1800 denúncias de violações aos direitos humanos por parte da Polícia Militar e da Guarda Civil.

¹⁷ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5575363-EI306,00Suplicy+divida+pode+por+Pinheirinho+no+Minha+Casa+Minha+Vida.html>>. Última visualização 10/05/2012.

¹⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/Noticianoticia/2012/01/juiz-federal-manda-parar-reintegracao-em-sao-jose-mas-estadual-mantem.html>. Última visualização 10/05/2012.



Os princípios editoriais e o público do Jornal Nacional

Para que seja possível identificar a forma com a qual o Jornal Nacional aborda as notícias veiculadas, faremos uma breve análise do que é o jornalismo e quais são os critérios de noticiabilidade adotados pelo JN. Para isto, foi necessário realizar um recorte do manual de Princípios Editoriais das Organizações Globo. Este manual está disponível em todos os veículos da Globo, pois segundo ela todos eles devem se basear nestes princípios. De acordo com tal, o jornalismo é definido da seguinte forma:

(...) jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa (...) os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (...) se opta aqui por definir o jornalismo como uma atividade que produz conhecimento. (...) Dizer, portanto, que o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade. E evita confusões. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)¹⁹

Para as Organizações Globo a prática jornalística é aquela que possui o propósito de “conhecer, produzir conhecimento, informar”.

(...) um jornal generalista de informação: este notícia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. As Organizações Globo terão sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar. (...) Livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção, restará apenas o noticiário. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)²⁰

Seguindo a proposta do manual para que o jornalismo produza conhecimento, é necessário que a informação seja transmitida com alguns atributos para que esta tenha qualidade. Os atributos citados são: a isenção, a correção e a agilidade.

O JN é o principal telejornal da emissora, exibido em horário nobre. Segundo Secchin (2007), o Jornal Nacional é assistido diariamente por 31 milhões de brasileiros. Ainda de acordo com o autor, isso significa que 68% dos televisores nacionais estão sintonizados neste telejornal, isso faz com que ele se torne o principal noticiário

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#principios-editoriais>. Último acesso 10/05/2012.

²⁰ *Idem*.



televisivo do país. O JN tem atuação em todo o país e em boa parte do mundo. Em razão da sua larga extensão chegam todos os dias na redação, inúmeras notícias que são selecionadas até que alcance em média 35 minutos, o tempo de duração do telejornal, sem contabilizar os intervalos comerciais.

A emissora realizou uma pesquisa em 2004, tendo como objetivo identificar o perfil do telespectador do Jornal Nacional. Nesta pesquisa foi constatado que o público gosta do jornal por trazer em resumo as notícias do dia, e que não querem perder tempo com coberturas irrelevantes, além de não gostarem de assistir imagens de impacto, preferindo assim, notícias de cultura, descobertas científicas, saúde e assuntos relacionados à economia e política. De acordo com Secchin (2007), a pesquisa trouxe um dado polêmico, a linguagem do telejornal foi considerada de difícil compreensão para muitas pessoas, que não conseguem entender perfeitamente o que é noticiado. Isso acontece segundo o autor porque a maior parte do público do JN é formado pelas classes C, D ou E²¹. De acordo com este levantamento, também foi possível identificar que o telejornal é assistido em família e geralmente um dos membros desta família costuma ser o “explicador”. Ainda de acordo com o autor supracitado, é o pai que exerce a função de traduzir para os demais o conteúdo das notícias mais complexas.

O caso Pinheirinho no JN: entre angulações, filtros e agendamento

Depois de ressaltados os principais pontos atribuídos pelas Organizações Globo na prática jornalística e no jornalismo realizado pelo JN, tendo em vista o seu público alvo, é pertinente a realização de análise acerca da matéria exibida no dia 23 de janeiro pelo Jornal Nacional, no primeiro dia em que veiculou as notícias sobre o Caso Pinheirinho. Nossa intenção é traçar um diagnóstico explicativo sobre os princípios adotados pelo telejornal nesse episódio. Recorremos para tal à investigação dos temas que foram agendados nesse dia e o tempo de duração dedicado a eles.

²¹ O CCEB separa os consumidores em classes econômicas A, B, C, D e E. A divisão é feita por meio de pontuação obtida pela posse de determinados bens e pelo grau de instrução do chefe de família, em pesquisa feita no domicílio por técnicos. Com mais de 30 pontos, a família está na classe A (tem renda média mensal familiar entre R\$ 4.600,00 e R\$ 7.700,00). Entre 17 e 24 pontos, cai para a B (tem renda média familiar maior que R\$ 1.669,00). Entre 11 a 16 pontos, está na classe C (com renda mensal de R\$ 927,00). Entre 6 a 10 pontos pertence à classe D (renda média familiar de R\$ 424,00) e menos que 5 pontos está na classe E (com renda média familiar de R\$ 207,00). Informações extraídas de SECCHIN, Vitor. *Análise Jornais da Globo*, 2007, p.16 .



JORNAL NACIONAL – Dia 23/01/2012		
Temas²²	Nº de Matérias	Duração Total
Meteorologia	2	1'22
<i>Fait Diver</i>	3	2'41
Economia	4	5'27
Política	2	3'46
Internacional	3	3'05
Educação	1	0'19
Polícia	3	4'01
Comportamento	1	2'48
Polícia/ Política	1	4'00

De acordo com os dados demonstrados na tabela acima, é possível observar a tentativa do Jornal Nacional de exibir todos os tipos de matérias, praticando o que Secchin (2007) chama de jornalismo “cor de rosa”. Acreditamos que este tipo de tática é realizada porque o telejornal tem a intenção de agradar a todos, tendo em vista, como aqui já foi identificado, que o público do JN é composto por “todas as famílias” de diferentes classes sociais. Além disso, devemos levar em conta que trata-se do maior telejornal da TV brasileira, um programa que não pode deixar de agradar também os seus anunciantes.

É perceptível que o jornal não dá muita ênfase às notícias de educação, além de destacar informações sobre Política, Polícia, Internacional e Economia, porém na maioria das vezes elas são meramente descritivas. Segundo Secchin (2007), isto acontece porque o JN se torna cada vez mais “acrítico” e “omisso”, desta forma não se compromete com a política brasileira. “O objetivo é não promover o choque de ideias, mas, sim, harmonizar, para tentar impedir o debate público.” (SECCHIN, 2007, p.68).

A primeira notícia veiculada pelo Jornal Nacional sobre a Comunidade Pinheirinho aconteceu no dia 23 de janeiro de 2012. Foi a reportagem mais longa do telejornal neste dia, tendo quatro minutos (04'00) de duração.

DIA: 23/01/2012 JN – DURAÇÃO: 04'00

CABEÇA (Patrícia Poeta): Novos confrontos marcaram o segundo dia da operação de reintegração de posse em uma área de São José dos Campos, no Vale do Paraíba em São Paulo.

REPORTAGEM: OFF: Manifestantes atiraram pedras nos policiais que revidaram com balas de borracha e bombas de efeito moral. Vândalos atearam fogo em um caminhão, uma biblioteca também foi incendiada. Os confrontos de hoje aconteceram em áreas próximas da região onde a polícia cumpre a reintegração de posse.

²² Tais temas foram identificados através de análise em diversas edições do Jornal Nacional, tendo como principal parâmetro as divisões caracterizadas por Secchin (2007).



PASSAGEM (Karin Schmidt, repórter - São José dos Campos, São Paulo): A desocupação mudou a rotina nos bairros vizinhos. Com medo de atos de vandalismo, o comércio fechou as portas e os ônibus urbanos não estão circulando na região.

OFF: Imagens das câmeras de segurança mostram momento em que uma padaria da região é invadida de madrugada. Um homem vai direto ao caixa para roubar dinheiro, mercadorias são saqueadas e depois um deles provoca um incêndio no local.

SONORA (senhora não identificada): Eu tenho medo também. Não saio pra rua de medo. Cheia de medo, tenho medo mesmo!

OFF: A operação da polícia começou ontem às seis da manhã. A retirada das seis mil pessoas provocou uma onda de protestos.

SONORA (moradora não identificada): Mal deixou a gente juntar as coisas, já mandou a gente sair de dentro da casa como se fosse cachorro. Como se não fosse nada. Voltei pra pegar a mamadeira do meu filho, ele me tratou mal.

OFF: Carros e prédios públicos foram incendiados, trinta pessoas presas. Um homem levou um tiro e está internado, a Polícia Civil investiga quem foi o autor do disparo. Hoje na área invadida não houve confrontos. Famílias começaram a retirar móveis e objetos das casas.

SONORA (moradora não identificada): Acabou tudo.

OFF: Maior parte das pessoas despejadas foi para casa de parentes. Outras 650 estão alojadas em abrigos municipais. A ordem de despejo provocou divergências na esfera judicial. A decisão de retirada dos invasores foi da Justiça Estadual. A Justiça Federal tentou suspender a operação. Mas o Superior Tribunal de Justiça manteve a desocupação.

SONORA (Rodrigo Capez, juiz assessor do Tribunal de São Paulo): Levaram a questão ao Órgão competente para decidir, Superior Tribunal de Justiça, e o presidente do STJ disse: a Justiça Estadual está correta. Cumpra-se a decisão da Justiça Estadual.

OFF: O secretário Nacional de Articulação Social, Paulo Maltos, que acompanhou a operação, foi atingido na perna por uma bala de borracha, e criticou a ação da PM.

SONORA (Paulo Maltos, Secretário Nacional de Articulação Social): Foi uma ação absolutamente imprópria. Eu queria, não! Inclusive, colocar a minha questão pessoal em relevo, mas a comunidade Pinheirinho foi agredida de forma brutal, ao longo de todo o dia.

OFF: O comando da PM afirmou que não usou armas letais e que estava no local para cumprir uma ordem da justiça.

SONORA (Coronel Manoel Messias, Comandante da PM): Muito simples pensar que você está pondo muita gente pra atacar alguém, é ao contrário. Você coloca as pessoas para evitar a possibilidade, desestimular um confronto muito forte.

OFF: O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, disse que a justiça acompanhou o trabalho da polícia.

SONORA (Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo): A operação foi acompanhada por um juiz de direito, presente todo tempo. Ele participou de toda reintegração, ela é, toda ela foi filmada, documentada. Então não é uma tarefa simples, mas a polícia tem que cumprir ordem judicial.

PÉ DA MATÉRIA (William Bonner): O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que poderia ter havido mais diálogo com os invasores. Para evitar o que ele chamou de praça

de guerra. Segundo o ministro, as famílias não receberam tratamento humano. Ele afirmou que respeita a autonomia do judiciário paulista, mas disse que este não seria o método do Governo Federal.

PÉ DA MATÉRIA (Patrícia Poeta): Em nota o governo de São Paulo afirmou que agiu em cumprimento de determinação do judiciário. Que a operação foi comandada, diretamente pela presidência do Tribunal de Justiça paulista. O governo afirma que qualquer denúncia concreta de abuso vai ser apurada e declarou que o Governo Federal não tomou qualquer ação concreta durante o processo judicial. (JORNAL NACIONAL, 2012)²³

É interessante observar, já no início, que o telejornal trabalha a informação transmitindo a ideia de que a polícia só agiu de forma violenta, com balas de borracha e spray de pimenta, em resposta e como forma de defesa do ataque antes promovido pelos moradores da comunidade Pinheirinho. Também afirma que essas mesmas pessoas, consideradas vândalas pelo noticiário, se aproveitaram da situação para roubar e depredar os bairros vizinhos. Tal atitude, que parece ser em defesa da polícia, pode ser contestada com a sonora da moradora dizendo que o simples fato de pegar mamadeira fez com que o policial a trata-se mal. Este fato logo é ignorado em seguida, pois a matéria continua a descrever o vandalismo provocado pelos moradores. A informação foi confirmada ao noticiar a prisão de 30 pessoas.

Outro fato que pode ser destacado, é quando a reportagem começa a explicar sobre a decisão da reintegração de posse. Foi noticiado que houve uma “divergência na esfera judicial” e de uma forma bastante superficial eles notificaram que a Justiça Federal suspendeu a operação, mas o STJ manteve a decisão. O fato da Justiça Estadual ter tomado a decisão antes do Superior Tribunal de Justiça se manifestar, não foi mencionado. Além disso, a emissora utilizou como confirmação do que foi informado a sonora do juiz assessor do Tribunal de São Paulo.

O JN só disponibilizou a informação por um viés, o do juiz Rodrigo Capez. Outro fato relevante é que este mesmo juiz foi quem acompanhou a operação de reintegração, como foi noticiado pelo G1, portal das Organizações Globo. Sendo assim, ao noticiar essa divergência judicial o JN parece não cumprir o item B do tópico sobre “isenção”, de seu manual de princípios editoriais, que diz:

b) Na apuração, edição e publicação de uma reportagem, seja ela factual ou analítica, os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar devem ser abordados. O contraditório deve ser sempre acolhido, o que implica

²³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos>>. Última visualização 14/03/2012.

dizer que todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerarem convenientes;

É interessante destacar também que a reportagem termina com uma sonora do governador Geraldo Alckmin afirmando “que a ação foi acompanhada por um juiz de direito” e “a polícia tem cumprir ordem judicial”. Logo em seguida, William Bonner noticia uma nota pé sobre o Secretário Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, dizendo que ele não concordou com os métodos utilizados para concluir a ação e não houve tratamento adequado com as pessoas que viviam em Pinheirinho: tudo noticiado em discurso indireto.

O fato peculiar é que o telejornal finaliza a matéria com uma fonte oficiais²⁴, o que nos sugere um intuito de fazer com que o público tome como síntese o discurso proferido por este representante legal. As fontes não oficiais, na grande maioria, moradores do Pinheirinho, não foram creditadas. A mulher que alega ter sido maltratada por ter buscado a mamadeira do filho, na matéria exibida no dia 23 de janeiro, se chama Maria dos Santos, nome que só podemos descobrir se recorremos à reportagem veiculada pelo Bom Dia Brasil, telejornal também da Globo.

Apesar da complexidade das questões envolvidas no processo do Pinheirinho, o JN noticiou de forma simples e superficial, não fazendo uso de selos, os quais têm como finalidade esclarecer de uma forma mais objetiva as questões mais complexas. Sobre a utilização do selo Kosminsky (2003) explica:

Em telejornalismo, chama-se selo à composição de elementos gráficos que fica ao fundo ou ao lado do apresentador ou âncora, caracterizando o conteúdo da matéria. O selo é constituído por um conjunto de imagens (fotográficas ou infográficas) com o objetivo de reforçar ou complementar o assunto que está sendo lido pelo apresentador. Considera-se que o selo ajuda a acompanhar a sequência de um determinado acontecimento ao mesmo tempo em que fixa a identidade visual do telejornal. (KOSMINSKY, 2003, P.41-42).

Ainda sobre a utilização do selo, a autora recorre a Souza para elucidar a importância do recurso gráfico para o entendimento e atração do telespectador. “Nem sempre essa

²⁴ Em Jornalismo, as fontes são portadores de informação. Podem ser pessoas, falando por si ou coletivamente, ou documentos escritos ou audiovisuais, por meio dos quais os jornalistas tomam conhecimento de informações, opiniões ou dados, e, também, verificam o rigor dos dados obtidos ou aferem a veracidade dos juízos de valor que lhes foram apresentados anteriormente. Fontes oficiais: políticos, empresários, líderes religiosos, porta-voz de grandes empresas. Informações disponíveis em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fonte_%28jornalismo%29 Último acesso 12/05/2012.



atenção é despertada pela fala do apresentador. O “selo” é uma informação paralela, um estímulo necessário.” (SOUZA *apud* KOSMINSKY, 2003, p.42).

O caso Pinheirinho no veículo comunitário

Com o objetivo de se realizar uma análise confirmatória da angulação no caso Pinheirinho promovida pelo Jornal Nacional, recorreremos a algumas matérias veiculadas pelo blog Solidariedade à Ocupação Pinheirinho, que possui caráter comunitário. De acordo com Paiva (2003), esses meios cumprem o papel de informar as notícias negligenciadas pela grande mídia.

Criado em 2011, o blog Solidariedade à Ocupação Pinheirinho²⁵ traz notícias sobre a comunidade. Até o dia da desocupação, eram publicadas matérias sobre movimentos e protestos para evitar a reintegração de posse. No dia 20 de janeiro, dois dias antes da ação de reintegração de posse, foi publicada no blog uma matéria sobre suspensão da ação emitida pelo Tribunal Regional Federal, alegando o interesse da União na resolução do caso.

No dia 24 de janeiro, foi postado um vídeo²⁶ feito no dia da desocupação, trazendo a seguinte chamada “Aos que ainda duvidam da truculência da PM no Pinheirinho” e informa que o vídeo foi gravado por um celular de um morador no centro de triagem da prefeitura, nas proximidades do Pinheirinho, e disponibilizado nas redes sociais. A imagem gravada é de um homem que levanta os braços em sinal de redenção quando vê um grupo de PMs se aproximando, e tais policiais começam a bater com cassetetes e depois continuam andando normalmente. É possível ouvir um rapaz conversando com o tio dizendo que tinha filmado a ação e iria postar na internet.

Nesse mesmo dia, foi postada uma matéria que descrevia a precariedade vivida pelos desapropriados, cujo título era “Prefeitura não garante assistência as famílias”. Também no dia 24, foi postado um vídeo sobre uma matéria realizada pelo telejornal Bom Dia Brasil informando que Policiais Civis foram fotografados portando revólveres em punho. Sendo assim, mais uma vez é percebido que o JN notificou somente uma vertente dos fatos: a do comando da polícia que afirmou “que não usou armas letais”, como exibido no dia 23 de janeiro.

²⁵ Disponível em: <http://solidariedadepinheirinho.blogspot.com.br/>. Última visualização 12/05/2012.

²⁶ Vídeo disponível em: <http://solidariedadepinheirinho.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-01-24T20:05:00-02:00&max-results=8&reverse-paginate=true>. Também disponibilizado em: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=TAY-jiAkVr0. Última visualização em: 12/05/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável a complexidade do assunto que envolve muitos personagens: de um lado, o empresário Naji Nahas, que ficou conhecido por ter sido acusado de ser o responsável pela quebra da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1989 e por ter sido preso em 2008 pela Polícia Federal na operação Satiagraha; de outro lado estão milhares de pessoas que na procura por uma moradia, direito previsto pela Constituição Brasileira, se apropriaram de um terreno particular. Na esfera judiciária, inúmeros conflitos de opiniões, uma PM despreparada e, por fim, um Executivo omissivo. Isso tudo unido à especulação imobiliária, tendo em vista que a cidade de São José dos Campos possui caráter industrial, abrigando também grandes centros de pesquisas, além de um alto índice de desenvolvimento humano (IDH), o 19º maior de todo o estado de São Paulo (entre 645 municípios), o 13º maior de toda Região Sudeste do Brasil e o 32º maior de todo Brasil²⁷.

Por causa desta trama complexa, acreditamos que seja necessário que o veículo trabalhe a notícia com um maior número de dados possíveis. Além de serem formadores da opinião pública, os meios de comunicação de massa também são criadores de identidade e categorias, configuradas através da representação como destaca França (2004). Por esse motivo, Silva (2000) diz que a identidade e a diferença estão diretamente relacionadas. Logo, quando o JN utiliza termos como, por exemplo, “invasores”, ele está construindo identidades. Produz a representação dos moradores expulsos de Pinheiro segundo o estereótipo da categoria “invasor”, que pode carregar um ranço pejorativo. Sobre isso, é interessante destacar a interpretação dada ao uso desse termo pelo jornalista Ricardo Boechat.

A imprensa utiliza a palavra invasores. Os invasores! Como se fossem alienígenas que tivessem chegado aqui, em discos voadores, para tirar o patrimônio do Naji Nahas e dos bancos, que são credores do Naji Nahas. (BOECHAT, 2012)²⁸

Tal interpretação pode ter sido também realizada por muitas outras pessoas, não somente sobre o emprego da palavra “invasores”, mas como todas as outras

²⁷ Informações disponíveis em: <http://www.caminhos.ufms.br/matrizdados/sp/saojosedoscamos.html>. Última visualização 12/05/2012.

²⁸ Extraído do áudio “Evento dramático na Favela Pinheirinho”, comentário de Ricardo Boechat na rádio BandNews no dia 24/01/2012. Disponível em: <http://bandnewsfm.band.com.br/NoticiaNoticia.aspx?COD=567712&Tipo=225>. Último acesso 12/05/2012.



informações tendo vista que não foram muito bem exploradas e nem esclarecidas. O número de interpretações dadas a termos simples, se multiplicam na medida em que o público do telejornal é formado por pessoas menos instruídas, sendo a maior parte das classes C, D e E.

Ao transcrevermos a notícia transmitida pelo Jornal Nacional percebemos não apenas a angulação das informações, dando maior ênfase nos discursos das fontes oficiais, como por exemplo, a do governador Geraldo Alckmin, mas também certa omissão do telejornal ao não abordar questões referentes ao histórico do terreno, tendo em vista que o proprietário é uma pessoa pública, que já havia sido mencionado pelo JN em outras ocasiões.

Diante desse cenário, nos resta destacar o papel do jornalismo. E para tanto, a título de conclusão, fizemos uso do próprio manual de Princípios das Organizações Globo que diz:

(...) noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS DAS ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011)²⁹

Creemos, portanto, que o Jornal Nacional não cumpriu o que ele mesmo expõe como princípio basilar. Fazemos coro a Secchin (2007), autor que conclui que a coerência discursiva não acontece comumente no JN porque este telejornal se torna cada vez mais “acrítico” e “omisso”, acreditando que “O objetivo é não promover o choque de ideias, mas, sim, harmonizar, para tentar impedir o debate público.” (SECCHIN, 2007, p.68).

REFERÊNCIAS

FRANÇA, V.V. **Representações, mediações e práticas comunicativas**. In: PEREIRA, Miguel *et.al.* (orgs.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Ideias & Letras, 2004.

KOSMISKY, D.C., COELHO, L.A., **A imagem da notícia: Panorama gráfico do telejornal Brasileiro: Análise dos selos do Jornal Nacional**, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes & Design, 2003, p.35-46. Projeto concluído.

PAIVA, Rl. **Perspectiva comunicacional**. In: PAIVA, R. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2003, p.135-168.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacaoes-globo.html#principios-editoriais>.
Último acesso 10/05/2012.



SECCHIN, V., GOMES, M.C.A., **Analisando os quatro principais telejornais da Rede Globo** a a luz da análise de discurso crítica, Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa, dezembro 2007, p.1-82. Projeto concluído.

SILVA, D. de A. e outros. **Responsabilidade Social na Mídia**: O papel dos meios de comunicação e dos jornalistas como atores sociais no Brasil e na Argentina. IX CONGRESSO ANUAL DE INVESTIGACIÓN SOBRE EL TERCER SECTOR EM MÉXICO. Disponível em: <http://lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/Ponencia_Daniela_de_Assis_Silva.pdf>. Última visualização 15/05/2012.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

Sites:

Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/23/novos-confrontos-sao-registrados-nos-arredores-de-area-reintegrada-em-sao-jose-dos-campos.htm>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em:
<<http://esaj.tj.sp.gov.br/cpo/pg/show.do?localPesquisa.cdLocal=577&processo.codigo=G1Z105UOZ0000&processo.foro=577>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-sao-jose-dos-campos/n1597591441505.html>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17%2cMI148614%2c51045-STJ+determina+que+compete+a+Justica+Estadual+julgar+caso+Pinheirinho>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/procuradoria-quer-que-prefeitura-de-sao-jose-seja-responsabilizada-por-omissao-no-pinheirinho-20120119.html>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/01/acao-tenta-garantir-moradia-a-populacao-do-pinheirinho-em-sao-jose-dos-campos>>. Última visualização em 10/05/2012.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-terra-das-violacoes/>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/pinheirinho-especialistas-dizem-que-decisao-do-stj-foi-correta-3747085>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=31120&classe=MS&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Última visualização 10/05/2012.

Disponível em:
<http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=368&tmp.texto=77210>. Última visualização 10/05/2012.